



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 03/15

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 22 DE JUNHO
DE 2015**

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, na vila do Samouco e salão da Junta de Freguesia do Samouco, pelas 21:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo senhor Fernando Manuel Catum Leiria, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

Paulo Alexandre Meireles de Carvalho Alves Machado, Paula Alexandra Ferrão Pereira, Rui Manuel da Graça Santa, Natacha Patrícia Bexiga Patinha, Rodolfo Soares Marques Pereira, Sérgio Miguel Pratas Duarte, Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo, Isabel Maria Pereira Alves Teixeira Ferreira Trindade, Luís Manuel Teopisto Cardoso, João Ladislau Teles de Matos.

Pelo Partido Socialista:

Iolanda Patrícia Dâmaso de Pinho Nunes, Bruno José Pereira Soares, Manuel Carlos Bento Fradiano.

Pelo Centro Democrático Social-Partido Popular:

Patrícia Pinto Felizes Figueira e Pedro Miguel Tarú Canteiro.

Pelo Partido Social Democrata:

João Manuel Alves Nunes do Vale e Luiz Branco Batista.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

Estêvão António das Neves Boieiro, presidente da Junta de Freguesia de Alcochete (CDU), António Joaquim Gomes Almeirim, presidente da Junta de Freguesia de Samouco (CDU) e Luís Miguel Fernandes Madeira, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco (CDU).

Faltaram à sessão:

Sónia Cristina Rodrigues Macieira Ramos, por se encontrar fora do concelho, tendo sido substituída por Henrique de Menezes Infante da Câmara

Maria Amélia Martins Faria dos Santos, por motivos de saúde, tendo sido substituída por Mário Manuel Catalão Boieiro.

Mário Luís Pintado Alves, por motivos profissionais, tendo sido substituído por João Ricardo Figueiredo Lopes.

Todas as justificações foram aceites por unanimidade.

Dada a ausência da 2.ª secretária da Mesa, Sónia Cristina Rodrigues Macieira Ramos, o senhor presidente da Assembleia convidou Sérgio Duarte para a Mesa, o que foi aceite.

Pelo executivo municipal, encontravam-se presentes o senhor vice-presidente, José Luís dos Santos Alfélua e os senhores vereadores Susana Isabel Freitas Custódio, Jorge Manuel Pereira Giro, Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento e Vasco André Marques Pinto.

Faltou o senhor presidente da Câmara, por motivo considerado justificado.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O presidente da Assembleia agradeceu à Junta de Freguesia do Samouco, na pessoa do seu presidente, António Almeirim, a cedência do salão da junta para a realização da sessão descentralizada.

Enalteceu, através do vice-presidente da Câmara e de todos os vereadores, os trabalhadores da Câmara Municipal, o Agrupamento de Escolas e o GilTeatro, pela forma exemplar como decorreu a Feira Quinhentista.

Informou que as duas atas das duas últimas sessões serão apresentadas na próxima sessão e informou, ainda, sobre a distribuição da seguinte documentação:

- Correspondência recebida;
- Relatório de Atividades do Presidente da Câmara Municipal

O presidente deu também conhecimento sobre a reunião que teve com os líderes de bancada sobre as alterações respeitantes ao envio das atas, editais, cópias da documentação e respetivas declarações de voto.

Informou, ainda, que relativamente ao ofício, enviado em 17/03/2015 ao Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social sobre a situação do CENSA, até à presente data não houve qualquer resposta.

A Assembleia tomou conhecimento.

Ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento registaram-se as seguintes intervenções:

- Pedro Canteiro:

Questionou a Câmara sobre qual o ponto de situação do empréstimo de 7 milhões de euros e o motivo pelo qual o Tribunal de Contas ainda não deu o seu aval para que o mesmo fosse contraído. Nesse sentido, e no seguimento do que foi mencionado na auditoria ao Relatório de Contas, em relação ao não cumprimento dos 10% do pagamento da dívida a fornecedores, perguntou como é que a Câmara Municipal está a gerir a situação e qual é o valor da dívida a fornecedores, neste momento.

- Luiz Batista:

Perguntou para quando está prevista a construção do depósito de retenção de água no Samouco, que é uma obra necessária, uma vez que devido à decisão do Tribunal, relativamente ao pagamento em relação à questão do Fórum, esta freguesia ficou penalizada para que a Câmara pudesse honrar os seus compromissos e pagar, conforme a decisão do Tribunal.

Perguntou, também, relativamente à avenida dos Combatentes da Grande Guerra, junto ao miradouro Amália Rodrigues, uma vez que esteve fechada porque o piso estava deficiente e foi depois reaberta mas como lhe parece que a obra está inacabada, para quando (e se) está prevista a sua conclusão.

Outra questão colocada foi relativamente à ocupação do espaço público pela esplanada do restaurante “Palmeiras”, nessa mesma avenida, delimitada por vasos de grandes dimensões, o que condiciona os peões que são forçados a circular na estrada. Nesse sentido, solicita que a Câmara faça uma melhor gestão daquele espaço.

Reiterou a questão colocada pelo CDS-PP sobre a questão do pagamento aos fornecedores e sobretudo do relatório do ROC, pedindo esclarecimentos sobre se essa situação está a ser resolvida.

- Paulo Machado:

Relativamente à Feira Quinhentista e considerando o impacto referente à estratégia do turismo, questionou se está previsto que um projeto desta natureza possa ser replicado por mais anos, uma vez que pode ser uma estratégia interessante uma vez que a mesma foi um sucesso e ficou demonstrado o seu enorme potencial.

Perguntou, relativamente à instalação do *resort* de luxo na praia dos moinhos, se o projeto mantém as suas componentes iniciais e que tipo de impacto terá para o nosso município em termos de encaixe financeiro, bem como a estratégia em termos de empregabilidade, considerando que estamos a falar de um empreendimento de grande dimensão.

Pediu ao Executivo que demonstre a importância da estratégia de articulação do Município de Alcochete com o “Projeto Rio Frio”, relativamente ao vinho com o nome *Foral*, uma vez que muito se tem especulado sobre a estratégia promocional associada às Comemorações dos 500 Anos do Foral, considerando que é importante perceber que impacto é que este projeto pode ter para Alcochete, do ponto de vista direto e indireto, ou se esta estratégia está assente noutra mais vasta que, claramente, se associe ao Município e considerando que Rio Frio fica fora do nosso concelho.

No que diz respeito ao *Continente Bom Dia*, quis saber quais os serviços disponíveis naquela instalação, nomeadamente um *McDonald's*, visto haver preocupação por parte de alguns municípios com a alimentação dos alunos, tendo em conta as escolas que ficam nas proximidades.

Ainda neste seguimento, questionou que outro impacto pode haver para o município, financeiros mas, sobretudo, em termos de infraestruturas, uma vez que provavelmente haverá cedências e contrapartidas, numa altura em que existe tanta dificuldade em manter espaços verdes e arruamentos, que tipo de outras mais-valias a instalação desta superfície comercial pode trazer.

Pediu que a Câmara clarifique sobre a veracidade, ou não, de o *Minipreço* ser deslocado para a freguesia do Samouco.

Para terminar, e tendo em conta que tem havido uma aposta significativa de promoção da marca “Alcochete”, na vertente do turismo ambiental, perguntou qual o ponto da situação do Pinhal das Areias e do Parque de Asininos, bem como a estratégia para manter aquele projeto e a relação como o Freeport, uma vez que existem dificuldades, por parte da Câmara, para a sua manutenção.

- Patrícia Figueira:

Questionou se o Executivo tem conhecimento duma situação que lhe foi reportada relativamente ao Parque Infantil do Jardim do Coreto, onde se verifica um número anormal de ratos e ratazanas e onde, aparentemente, uma criança terá sido mordida.

Ao abrigo da alínea f) do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento registaram-se as seguintes intervenções:

- Isabel Trindade, em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção sobre “Exigir o fim das limitações às contratações de trabalhadores”

Submetida à discussão, usaram da palavra:

- Paulo Machado:

Referiu que o que lhe parece fundamental é que esta moção leva a outra questão, como consequência desta, que são os custos associados ao trabalho. Nesta matéria, uma proposta de fim de limitação de contratos impõe que se exijam também as decorrentes transferências de verbas desta matéria, isto é, não se pode imaginar que as câmaras municipais possam contratar mais e não possam ter meios para esse fim, portanto, era necessário associar a esta moção a exigência e o cumprimento do que não foi cumprido da Lei das Finanças Locais e, agora no novo quadro, uma revisão desta matéria para que as câmaras municipais tenham meios financeiros para suportar os encargos.

Por se uma matéria importante na gestão municipal, uma vez que há dificuldades financeiras para manter os serviços básicos da Câmara, a este tipo de moção tem de vir associada a exigência das transferências de capital necessárias para este fim porque, doutra forma, estamos a pedir novamente uma possibilidade que depois é negada pelos cortes que estão associados ao Orçamento do Estado para quem não cumprir e, portanto, o fim das limitações pressupõe o encerramento desses cortes ao Poder Local Democrático e, simultaneamente, o reforço da participação do Estado nesta matéria que por ser fundamental deveria ser acrescentado à moção.

- Luiz Batista:

Referindo-se às palavras do deputado Paulo Machado disse que as afirmações que este fez não são verdadeiras uma vez que as câmaras, que neste momento têm a sua situação financeira completamente resolvida, começam já a poder contratar. Considerou estranho o facto de surgir esta moção na Assembleia, uma vez que Alcochete tem 23 trabalhadores por cada mil habitantes, o que em termos de ranking nacional coloca o concelho nos valores mais elevados, uma vez que gasta com pessoal cerca de 70% da receita corrente, que só em concelhos do interior (e de muito maior dimensão) é que esse número é superior.

Teceu ainda comentários, nomeadamente ao nível dos espaços verdes, considerando que a Câmara deveria contratar a empresa *Vibeiras* para executar todo esse trabalho porque, na sua opinião, considera que há má gestão por parte dos dirigentes, bem como uma deficiente distribuição do trabalho e, dessa forma, evitava-se de pagar aos dois lados: à empresa que executa a tarefa para a qual foi contratada e a trabalhadores e dirigentes que não cumprem com as suas tarefas. Por isso, na sua opinião, a Câmara Municipal de Alcochete e outras em idêntica situação estão, e bem, impedidas de contratar tendo, inclusive, de reduzir os seus gastos com o pessoal. Concluiu afirmando que câmaras como a de Alcochete estão com limitações e vão continuar assim porque não têm as suas contas em dia e é exatamente por esse motivo que não podem contratar mais pessoal.

- Fábio Bernardo:

Acusou o deputado Luiz Batista de insinuar que os trabalhadores da autarquia se escondem durante as horas de trabalho e exigiu que a questão fosse esclarecida.

Salientou que a autarquia até pode gastar 70% e que, na sua opinião, até poderia gastar mais com os funcionários, o problema não é de despesa com funcionários mas sim de receita, a qual é reduzida devido aos cortes que nos foram impostos pela descentralização de dinheiros centrais. Deixou no ar a questão para o deputado Luiz Batista sobre se realmente a solução seria entregar tudo aos privados e despedir os funcionários municipais e que se for esta a proposta, que seja feita, para que todos conheçam a verdadeira “cara” do PSD.

- Vereadora Susana Custódio:

Lembrou o deputado Luiz Batista que, para que a Câmara Municipal de Alcochete pudesse ter as suas contas mais equilibradas, o seu Governo devia pagar o Centro de Saúde que foi construído na freguesia do Samouco. Recordou que a Câmara foi, efetivamente, duplamente penalizada porque não cumpriu com o montante dos pagamentos aos fornecedores e prejudicada em 327 mil euros na transferência seguinte mas, tivesse o Estado pago os 406 mil euros pela construção do Centro de Saúde na freguesia do Samouco, a Câmara teria pago os 327 mil. Portanto, estes são os pormenores que depois levam a uma situação em que parece que os únicos culpados são sempre as câmaras municipais, como se as mesmas não fossem vítimas daquilo que são

as políticas nacionais e como se tivessem a capacidade de legislar e poder pôr em prática e não estivessem condicionadas por aquilo que os vários ministérios e o Governo fazem.

Relativamente às contas adiantadas pelo deputado Luiz Batista, sobre haver 23 trabalhadores para cada mil habitantes, a senhora vereadora clarificou que são servidas mais de mil refeições nas escolas e jardins-de-infância do concelho com somente 17 trabalhadoras a fazer esse trabalho. No que diz respeito às salas a Tutela prevê uma auxiliar para cada 40 crianças. Em Alcochete existe uma auxiliar em cada sala, sendo que as salas têm entre 20 e 24 crianças, o que só se verifica porque a Câmara Municipal suporta diretamente aquilo que está para além do rácio (o que se tentou que a Tutela entendesse) porque as 200 crianças de jardim-de-infância não estão todas num único edifício. A Câmara Municipal, para além de responder ao rácio, ainda paga, todos os meses, o esforço financeiro próprio, a mais, auxiliares de sala. Concluiu dizendo que se tem verificado nos últimos tempos uma grande falta de coerência, uma vez que se não fosse do conhecimento geral qual a força político-partidária do deputado Luiz Batista, dir-se-ia que não depende deste Governo, pois o que diz nesta Assembleia não está de acordo com o que são as políticas nacionais.

- Vereador Jorge Giro:

Clarificou que a contratação dos serviços da empresa *Vibeiras*, se deve ao facto de a Câmara Municipal de Alcochete, nos últimos quatro anos ter ficado privada de 60 assistentes operacionais. Recordou que os 308 municípios do país representam menos de 2% da dívida de Portugal e que, portanto, a culpa é de quem nos governa ou, neste caso, desgoverna.

- Luiz Batista:

Esclareceu que o PSD nunca disse que os trabalhadores da Câmara não trabalhavam ou se escondiam mas que não existem meios para executarem as suas tarefas. Questionou, também, quanto custa o executivo municipal de Alcochete e se serão necessários 5 eleitos para gerir um município que, na sua opinião, é pouco maior que uma freguesia, uma vez que há freguesias com mais habitantes do que o concelho de Alcochete e não têm 5 eleitos remunerados.

Relativamente à questão da receita, disse que Alcochete, com o aumento do IMI, está em 2.º lugar no *ranking* da AML e, todos nós como proprietários, sentimos este ano o peso desse aumento de receita que a Câmara Municipal nos propõe.

- Fábio Bernardo:

Disse que a discussão tem estado a funcionar em torno de pressupostos errados, uma vez que a autarquia de Alcochete não tem 1 funcionário para 23 pessoas, nem 23 funcionários para cada 1000 habitantes mas sim, 16 funcionários por cada 1000 habitantes, ou 1 funcionário por cada 60 habitantes.

- Paulo Machado:

Sobre esta matéria, e tendo em conta a reflexão feita pelo deputado Luiz Batista, ficou satisfeito, por saber que os trabalhadores da Câmara já não são “gorduras”, apenas têm maus líderes. Nesta preocupação da comparação de municípios, importa dizer que os municípios do interior, fruto daquilo que são as transferências do Estado, tendo em conta os critérios de valorização, são capazes de suportar o funcionamento das suas câmaras municipais integralmente com os dinheiros provenientes dos cofres do Estado. Alcochete, integrada na AML, é penalizada duplamente por estar na “zona rica” e, assim, somos os mais pobres dos mais ricos. Nesse sentido, levamos tudo o que é mau a partir das transferências de Estado para os mais ricos e, simultaneamente, não temos meios para fazer face às nossas necessidades e isto é fácil de constatar.

Relativamente ao rácio de habitantes por trabalhadores, a questão que importa colocar a muitos municípios é saber se interessa ao Poder Local, do ponto de vista político, entregar tudo a privados e, neste caso, o Estado tem de ter um peso importante nesta gestão porque é quem defende os interesses dos cidadãos, enquanto o privado só tem em conta a preocupação com o lucro.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 15 votos a favor da CDU, 7 abstenções (4 do PS e 3 do CDS-PP) e 2 votos contra do PSD.

- Fábio Bernardo, em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção sobre “A privatização da TAP é um crime com interesse e contra os interesses nacionais”

Submetida à discussão, usaram da palavra:

Luiz Batista:

Disse que a privatização da TAP não é um assunto recente e que o problema não está nos 10 milhões de euros mas sim no capital negativo e quem assumir esse fator e essas dívidas tem que a capitalizar, injetar dinheiro e providenciar a renovação da frota. A TAP tem uma dívida acumulada superior a mil milhões de euros e a curto prazo necessita de uma injeção de capital muito superior a 350 milhões de euros. O facto de ser uma empresa de bandeira não impede de ser privatizada, podendo continuar a operar, tem um conjunto de rotas e tem potencialidade para se desenvolver mas, para isso, necessita de dinheiro, dos funcionários e de aviões que sejam concorrenciais. Por isso, quando há um investidor que não vem atrofiar a TAP (porque a contrapartida é a revitalização) mesmo com a tal recapitalização, seria termos uma “Tapezinha” o que levaria a despedir pessoal, reduzir rotas e a própria frota.

- Paula Pereira:

Disse que não se espanta com a defesa acérrima, por parte da bancada do PSD, relativamente à questão da privatização da TAP, até porque é apanágio do PSD querer privatizar, aliás, com os elogios rasgados que o senhor deputado Luiz Batista fez, na intervenção anterior, à empresa privada que está a arranjar o jardim que, só por acaso,

fica em frente à sua casa. O que a espanta é que o senhor Luiz Batista diz que o problema não são os 10 milhões de euros nem o valor da TAP, é o passivo. Perguntou se o BES não tinha passivo. Se os bancos a quem foram retirados milhões de euros do erário público, que a seguir serviram para cortar pensões, abonos de família e deixar no desemprego tanta gente, não tinham passivo?

Terminou dizendo que, na sua opinião, privatizar tudo é que é transformar Portugal num “Portugalzinho”.

- Fábio Bernardo:

Esclareceu que o interesse público tem como fim único servir o público dando, ou não, prejuízo. O interesse privado tem como fim único, o lucro. Questionou sobre o que é que acontece aos voos que são essenciais para a nossa economia, bem como para a economia de outros países como a Guiné-Bissau ou Moçambique se não forem lucrativos: vão continuar a voar para lá, não lucrando com isso, só porque importa aos interesses nacionais?

Afirmou que acha que no futuro teremos oportunidade de verificar quantos membros deste atual Governo virão a trabalhar para uma qualquer empresa do universo da TAP ou uma qualquer outra empresa que seja da detenção de uma das duas pessoas que injetaram dinheiro na TAP, podendo depois serem tiradas as ilações daquilo que realmente se passou com esta privatização.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 18 votos a favor (15 da CDU e 3 do PS), 5 votos contra (3 do CDS-PP e 2 do PSD) e 1 abstenção do PS.

Iolanda Nunes fez Declaração de Voto, em nome do PS.

- Patrícia Figueira, em nome do CDS-PP, apresentou uma proposta de voto de pesar “Pelo falecimento do bombeiro de 2.^a, Justino de Oliveira Soares”

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

- Pedro Canteiro, em nome do CDS-PP, apresentou uma proposta de voto de agradecimento “Alcochete – Feira Quinhentista – Comemorações dos 500 Anos do Foral de Alcochete”

Submetida à discussão, foram propostas as seguintes alterações:

Presidente da Assembleia:

Não é só o Agrupamento de Escolas, como disse no início, mas também o GilTeatro e a Câmara Municipal que subscreveriam todo este projeto, portanto, propôs que se acrescentasse a este voto de agradecimento estas duas entidades.

- Estêvão Boieiro – presidente da Junta de Freguesia de Alcochete:

Revelou a sua dúvida e atrapalhão porque recebeu, do mesmo Partido, onde se declara que, “relativamente aos 500 Anos do Foral de Alcochete, não é suficiente distrair os fregueses com feiras quinzentistas, de enredos e costumes longínquos, que mais não são senão campanha política, quando as reais necessidades das populações mais carenciadas não são atendidas, sendo mesmo negligenciadas”, enquanto, no último parágrafo do voto de agradecimento, apresentado agora, diz “ (...) neste contexto, sugerimos que eventos desta ordem tenham lugar com regularidade no programa cultural desta autarquia, que sirva de instrumento para estratégia de valorização e promoção da atividade turística e crescimento económico local, onde se incentive e reforce a importância da participação da população e dos nossos comerciantes e produtores”. Perante o teor dos dois documentos, pediu que haja seriedade política pois considera que entre os dois textos existe uma incoerência muito grande.

- Patrícia Figueira:

Relativamente à intervenção do senhor presidente da Junta de Freguesia de Alcochete, explicou que são questões de interpretação, uma vez que no seu Partido, todos pensam de maneira diferente e é natural que os vários elementos interpretem a mesma efeméride também de maneira diferente parecendo que a estão a criticar, contudo, não deixam de a enaltecer, pelo menos nos aspetos logísticos e de organização.

- Presidente da Assembleia:

Disse que gostaria que houvesse o contraditório nesta Declaração Política porque, de facto, na sua opinião, isto deve ser a extrema-direita do vosso Partido, que já é de extrema-direita.

- Paulo Machado:

Solicitou a inclusão de agradecimento também ao Clube de Teatro da Escola E.B. 2,3 El-Rei D. Manuel I, uma vez que, por ter vida própria, é distinto da escola.

As propostas de alteração foram aceites.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

- Patrícia Figueira, em nome do CDS-PP, apresentou uma proposta de Voto de Louvor ao Grupo Desportivo Alcochetense

Submetida à discussão, usou da palavra:

- Fábio Bernardo:

Salientou o facto de as moções, depois de aprovadas, serem da Assembleia Municipal e não de um determinado Partido, coisa que nem sempre foi consensual, inclusive em moções apresentadas pelo CDS-PP. Por isso, congratula o CDS-PP por ter colocado o Voto de Louvor em nome da Assembleia Municipal para, uma vez aprovado, não ser de um só Partido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

- Rodolfo Pereira, em nome da CDU, apresentou uma proposta de Saudação ao Grupo Desportivo Alcochetense.

Submetida à discussão usaram da palavra:

- Luiz Batista:

Relativamente a esta Saudação e ao Voto de Louvor, considerou que, ambos os documentos são de teor idêntico e, por isso, na sua opinião, não deveram existir duas versões em relação à mesma instituição e com a mesma finalidade.

- Paulo Machado:

Reiterou as palavras do deputado Luiz Batista uma vez que, também na sua opinião, não faz sentido a Assembleia ter duas moções com o mesmo assunto e que deveria existir apenas um documento.

- Presidente da Assembleia:

Esclareceu que o teor dos dois documentos não é bem o mesmo e que por isso irão manter-se.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria com 22 votos a favor (15 da CDU, 4 do PS e 3 do CDS-PP) e 2 abstenções do PSD.

Sendo 23:20 horas, o senhor presidente propôs um intervalo de 10 minutos, o que foi aceite por unanimidade.

Os trabalhos foram retomados às 23:30 horas.

PERÍODO DE PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Ao abrigo da alínea g) do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento registaram-se as seguintes intervenções:

- Vice-presidente da Câmara José Luís Alfélua:

Agradeceu ao senhor presidente da Junta de Freguesia do Samouco, e ao restante executivo, a cedência das instalações para a realização da sessão descentralizada da Assembleia Municipal.

Relativamente às questões colocadas pelo deputado Luiz Batista referentes às obras na avenida dos Combatentes da Grande Guerra, esclareceu que as mesmas, em termos de saneamento, estão concluídas, no entanto, aquela é uma via bastante problemática por ser muito argilosa e, nalguns pontos tem abatido ao longo dos anos, por isso aguarda-se apenas que o trânsito circule por ali durante algum tempo de forma a consolidar o terreno o mais possível para, posteriormente, se proceder ao alcatroamento.

Relativamente à questão, também do deputado Luiz Batista, sobre a esplanada do restaurante “Palmeiras”, o senhor vice-presidente esclareceu que a situação já está referenciada e a Câmara já teve algumas intervenções com este restaurante, ficando mais este registo, no sentido de se tomarem medidas mais adequadas, uma vez que também considera um abuso, não só aos fins de semana e que impede a circulação de peões em segurança.

Relativamente à questão, colocada pelo deputado Paulo Machado, sobre a Feira Quinhentista, o senhor vice-presidente revelou que é uma iniciativa que a Câmara Municipal está a equacionar realizar mais vezes, uma vez que teve um enorme sucesso e que, para além da Câmara, todos aqueles que estiveram envolvidos estão de parabéns.

Quanto ao assunto do *resort* de luxo, trata-se de um empreendimento turístico na Praia dos Moinhos, no local da 1.ª seca de bacalhau (junto ao restaurante “Arrastão”. Neste momento está a ser instalado o *stand* de vendas e está perspetivado iniciar as demolições em meados de setembro ou outubro no sentido de, depois, se começar a construir. O senhor vice-presidente disse, ainda que se mantêm as características da fase inicial e, apesar das contrapartidas deste investimento, em termos financeiros, não serem avultadas, há um retorno significativo no que será feito ao nível do domínio público, nomeadamente, para a requalificação da Frente Ribeirinha, toda a envolvente ao Fórum Cultural (com exceção para a zonal central, virada para a EN 502) será requalificada e, para além do valor do empreendimento turístico, será uma aposta forte no turismo, onde se pretende não só os visitantes que vêm e vão no próprio dia, mas também aqueles que possam estar vários dias, o que irá dinamizar o comércio local, a restauração e a dinamização de Alcochete.

Em relação ao “Projeto Rio Frio”, o senhor vice-presidente disse que a Câmara apoio todos os parceiros, quer sejam públicos ou privados, que tenham como finalidade o desenvolvimento do município. A Sociedade Agrícola de Rio Frio tem sido, ao longo dos anos, um bom parceiro e esse diálogo está agora a dar os seus frutos, com diversas iniciativas de divulgação da marca “Alcochete”, quer através das provas equestres, algumas internacionais, designadas “Foral de Alcochete”, quer outras iniciativas, no âmbito do Foral e da promoção do vinho. Cerca de 1700 ha pertencem ao concelho de Alcochete e a Câmara estará de braços abertos para estas parcerias.

Em relação ao *Continente Bom Dia*, o senhor vice-presidente esclareceu que não irá ter nenhum McDonald’s. As contrapartidas financeiras rondarão os 600 mil euros, onde se

incluem um conjunto de infraestruturas, como um circuito pedonal, desde o Intermarché até ao Continente Bom Dia, a construção dos novos espaços verdes, bem como a sua manutenção. Quanto à mudança do Minipreço para a vila do Samouco, a Câmara não tem conhecimento dessa informação.

- Vereador Jorge Manuel Pereira Giro:

Informou que está perspctivada a construção de um hipódromo na Herdade de Rio Frio.

Esclareceu que, o terreno onde foi implantado o *Continente Bom Dia* é privado e nunca foi pertença da Câmara Municipal, contrariamente ao que se especulou.

Quanto à questão colocada pelo senhor deputado Luiz Batista, sobre o reservatório de água do Samouco, o senhor vereador disse que faz falta haver dois reservatórios elevados, como esteve muitos anos previstos em PPI, mas apesar de haver projeto, não há verba, no entanto, não concorda com o senhor deputado (nomeadamente com o que disse anteriormente sobre o Centro de Saúde) quando este diz que o Governo não tem nada a ver com estas questões e explicou que quando se iniciam as funções, quer seja no Governa, quer seja em qualquer autarquia, herdram-se os passivos, os ativos e as responsabilidades. Nesse sentido, a Câmara Municipal de Alcochete, sem ter nada a ver com isso, também teve de pagar à Teixeira Duarte cerca de 300 mil euros por trabalhos a mais no Fórum Cultural, que foi uma herança que o Partido Socialista nos deixou, que tivemos de assumir, sob o risco de a Câmara Municipal ser alvo de uma execução. Ficou assim gorada, pelo menos para já, a oportunidade de se construírem os dois reservatórios apoiados na freguesia do Samouco que tinham um valor orçamental de, sensivelmente, 400 mil euros e que é precisamente o mesmo valor que o Governo deve à Câmara Municipal pela construção da extensão do Centro de Saúde do Samouco, que está orçamentada em 600 mil euros, que se traduz em 400 mil, uma vez que 200 mil euros dizem respeito ao terreno que foi doada pela Câmara Municipal. Lembrou, ainda que a dívida já perfaz 1460 dias.

Respondendo à senhora deputada Patrícia Figueira sobre a questão do Jardim do Coreto, o senhor vereador disse que a situação já está identificada, existe uma praga de roedores, no largo Almirante Gago Coutinho, relacionada com o facto de algum cidadão que alimenta os pombos naquele espaço, conspurcando-o e fazendo com que os roedores se tivessem propagado. Como é sabido, a Câmara Municipal não faz as desinfestações por meios próprios e, já há alguns anos, contrata um empresa credenciada para o efeito, no entanto, tem de haver um plano específico para levar a cabo a desratização, uma vez que o local é frequentado por muitas crianças.

- Vereadora Susana Custódio:

Ainda sobre a questão da implementação, ou não, de um restaurante McDonald's junto às escolas, a senhora vereadora disse que, pelo menos numa coisa os pais e encarregados de educação poderiam ficar descansados: no McDonald's não se serve ½ hambúrguer como acontece, atualmente, no refeitório da E.B. 2,3 El Rei D. Manuel I ou ½ costeleta, na Escola Secundária. Aguardamos, ainda, da parte da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares algum *feedback* sobre as preocupações manifestadas no

último Conselho Municipal de Educação, onde esteve também o senhor deputado João Lopes, o que nos deixa antever que, no próximo ano letivo, continuaremos com a mesma empresa a servir, por exemplo, ½ costeleta aos nossos alunos.

Relativamente à questão dos Pinhal das Areias, a senhora vereadora quis tranquilizar o senhor deputado Paulo Machado porque aquele espaço é um das vertentes que integram um dossiê mais vasto intitulado “Arte Natural do Tejo” e que se debruça sobre toda a orla ribeirinha e que está a ser trabalhado por uma equipa multidisciplinar, não só com técnicos da Câmara mas também com os parceiros que têm ação e contributos a dar naquele território. A senhora vereadora disse, também que atualmente a Câmara Municipal recuperou a sua credibilidade (perdida devido a algumas atitudes mais isoladas tidas no passado) estando criadas as condições para se definir um projeto conjunto para aquele território.

- Vereadora Raquel Prazeres:

Quanto às questões colocadas pelos senhores deputados Pedro Canteiro e Luiz Batista, relativamente ao Plano de Saneamento Financeiro, a senhora vereadora explicou que falta a resposta por parte da Câmara ao 2.º ofício do Tribunal de Contas, onde têm um entendimento e uma interpretação dos quais a autarquia não partilha. A interpretação do saneamento supõe a limpeza das dívidas para trás para se conseguir equilibrar e o Tribunal de Contas tem um entendimento um pouco particular. Informou que a parte técnica da resposta está pronta e, neste momento, está a ser elaborada a parte jurídica que permita já o passo seguinte uma vez que se antevê que possa haver alguma dificuldade, porque o entendimento, de ambas as partes, sobre o que é um saneamento financeiro é diferente. A Câmara Municipal de Alcochete não está de acordo com a redução para 2 milhões e 300 mil euros, em vez dos 7 milhões que são necessários e que estão no plano.

Dizendo que nem tudo são más notícias, a senhora vereadora explicou que, apesar de não ter sido aprovado o empréstimo aos bancos, o 1.º trimestre de 2015 das dívidas a fornecedores está todo pago, graças a algumas receitas extra, sobretudo de obras de urbanização, IMT e IMI. Não se está a acumular mais dívida, estando a ser pagas as dívidas por antiguidade, excluindo os grandes fornecedores, por ser o critério mais justo.

A senhora vereadora agradeceu, em nome da Câmara, o Voto de Louvor à Feira Quinhentista, realçando o balanço positivo da mesma e as parcerias com o Agrupamento de Escolas, pelo Clube de Teatro, pelo GilTeatro e, também, a grande participação por parte das associações e dos comerciantes. Referiu que foi o trabalho de um ano, onde houve grande envolvimento por parte dos trabalhadores, não havendo derrapagens no orçamento, conseguindo-se fazer com a “prata da casa” e atingindo o objetivo da participação e envolvimento da população, o que foi conseguido. O facto de haver novas edições da Feira Quinhentista, está em fase de avaliação, uma vez que a preparação é essencial e a decisão deverá ser tomada brevemente, sendo que todas as indicações são positivas.

A senhora vereadora esclareceu também que a autarquia tem 340 trabalhadores, não sendo considerados 6 de contratos de emprego e reinserção social, informando ainda que de 2010 a 2015 saíram da Câmara cerca de 66 trabalhadores.

- Luiz Batista:

Solicitou, uma vez que o Plano de Saneamento Financeiro foi aprovado, que os documentos do acompanhamento fossem enviados às bancadas aqui presentes, se não houver inconveniente.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 19.º do Regimento registou-se a seguinte intervenção:

- Sra. D. Cármen Correia:

Em representação da Comissão de Utentes do Centro de Saúde do Samouco, que foi eleita a 3 de maio, cuja missão é reivindicar mais e melhores cuidados de saúde para a população e que, cada vez mais, têm sido mais parcos e que apesar de a situação ter melhorado um pouco nas últimas semanas, ainda assim continua sem satisfazer as necessidades da população. Informou, ainda, que a comissão tem já algumas reuniões agendadas e agradeceu o apoio do senhor presidente da Junta de Freguesia do Samouco, António Almeirim e da senhora vereadora Susana Custódio. Para terminar, e aproveitando o facto de esta sessão da Assembleia Municipal se realizar no Samouco, pediu o apoio de todos nesta luta, pois quem tem a ganhar é a população.

Senhor presidente da Assembleia Municipal:

Informou que está disponível, desde a semana passada, um relatório de primavera do Observatório Português dos Sistemas de Saúde (que é uma entidade independente), um documento muito útil, que arrasa completamente com o sistema de saúde depois da saída da *Troika* deste país.

- Vereadora Susana Custódio:

Congratulou os representantes da comissão, uma vez que dos quatro municípios que integram o ACES (Alcochete, Montijo, Barreiro e Moita), Alcochete era o único que não tinha Comissão de Utentes e, por isso, desejou votos de bom trabalho. Desta forma, a Câmara Municipal, quando apresenta as preocupações e necessidades, na área da saúde, junto da Tutela ou dos seus representantes nos vários organismos, estará certamente mais fortalecida quando se lhe juntam as vozes dos seus municípios e utentes destes serviços e a Câmara Municipal de Alcochete tudo fará para ajudar esta Comissão de Utentes visando uma melhor qualidade do Serviço Nacional de Saúde na freguesia do Samouco.

A senhora vereadora informou ainda que recentemente comunicou com o ACES, através do Dr. Paulo Espiga, manifestando as preocupações sobre a falta de médicos e também de enfermeiros. Em resposta foi a Câmara informada de que só estão disponíveis os médicos de empresa. Quanto aos enfermeiros, o concurso arrasta-se já há vários meses.

- Luiz Batista:

Sobre o relatório do Observatório Português dos Sistemas de Saúde, referido pelo senhor residente da Assembleia, lamentou não ter sido mencionado o da OCDE que, segundo o senhor deputado, diz que a qualidade dos serviços de saúde em Portugal está ao nível do que há de melhor na Europa e que apesar de haver alguns pontos a melhorar, no nosso país existe um bom Serviço Nacional de Saúde. Quanto à questão do Centro de Saúde do Samouco, disse que o mesmo, segundo alguns utentes do mesmo, está a funcionar bem.

- António Almeirim – Presidente da Junta de Freguesia do Samouco:

Relativamente à questão do Centro de Saúde do Samouco, informou que, no passado dia 3 de maio, a Junta de Freguesia do Samouco conheceu as preocupações e deficiência com que aquele Centro de Saúde trabalha, uma vez que não há, médico de família, planeamento familiar, saúde materna e infantil nem cuidados de enfermagem. A tentativa de mobilizar a população foi conseguida, traduzindo-se num enorme êxito, uma vez que se envolveram nesta iniciativa os Bombeiros Voluntários de Alcochete, as coletividades, a população. Através de espetáculos, aulas de zumba e de ginástica, rastreios à população, entre outras iniciativas, conseguiu-se fazer uma Comissão de Utentes com o objetivo de, mais tarde, reivindicar por melhores cuidados de saúde, junto de quem tem responsabilidade.

Para terminar, o senhor presidente da Junta disse que a Comissão de Utente do Samouco pode contar com o apoio da bancada da CDU, acreditando que possa contar com o apoio de todas as bancadas, à exceção da bancada do PSD, uma vez que já se manifestou nesse sentido.

Presidente da Assembleia Municipal:

Relativamente ao relatório da OCDE, mencionado pelo senhor deputado Luiz Batista, referiu os seguintes pontos, constantes do mesmo:

“O rácio enfermeiro/médico é dos mais desequilibrados dos países da OCDE” e “O número de consultas médicas, *per capita*, e por ano, é muito inferior, mas muito inferior à média da OCDE.”

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – Informação escrita do senhor presidente da Câmara sobre a atividade do município, bem como da situação financeira

A Assembleia tomou conhecimento, não se tendo registado pedidos de informação ou esclarecimento.

PONTO 2 – Regulamento dos Transportes Escolares

Submetida à discussão, usaram da palavra:

- Vice-presidente da Câmara – José Luís Alfélua.

Referiu que este regulamento vai permitir a organização dos serviços e o modo de funcionamento dos transportes escolares, que são uma fatia importante e grande daquilo que são os encargos da Câmara Municipal de Alcochete, sendo que uma das grandes dívidas é para com os TST. Neste sentido, já implementado um conjunto de medidas no sentido de reduzir esses custos. O regulamento vem clarificar algumas situações e a aquisição do *minibus*, por parte da Câmara, permitirá mais algum desafio financeiro.

-Vereadora Susana Custódio:

Disse que este regulamento é um documento essencial para regular todo o apoio que é disponibilizado pela Câmara Municipal, uma vez que contempla tudo aquilo que está previsto na legislação em vigor sobre o tema e acresce a questão dos escalões, porque a legislação específica sobre os transportes escolares recai no critério da distância, o qual abrangia somente 4 Kms, entre a residência e o estabelecimento escolar. Aplicando este critério ao nosso território, ficaria a descoberto a freguesia de S. Francisco mas como a Câmara Municipal não é alheia à situação dos agregados familiares com poucos recursos financeiros, “pegou” numa outra legislação sobre ação social escolar e aplicou-a aos alunos provenientes da freguesia dessa freguesia criando, assim, três escalões: O escalão A, no qual comparticipa, na íntegra o custo do passe escolar; o escalão B com comparticipação a 50% e o escalão C, com 25%.

Sucintamente a senhora vereadora explicou, também, os casos de exceção, nomeadamente a questão da idade dos alunos, servindo os 18 anos apenas de referência no ato da matrícula, para que tenham direito à comparticipação até concluírem o ensino secundário, bem como o princípio (presente neste regulamento) que diz respeito ao contribuinte/beneficiário, ou seja, apesar de já durante este ano letivo ter sido exigido o comprovativo do domicílio fiscal, muitas famílias têm a sua rede familiar de apoio noutras freguesias do concelho e, por isso, os alunos, até ao 2.º ciclo, que se encontram nessa situação poderão também beneficiar do passe escolar.

Luiz Batista:

Na sua opinião, Alcochete e S. Francisco deveriam ter uma via urbana de ligação, ou deveria até haver condições de requalificar, nomeadamente com passeios e passadeiras junto às paragens de autocarros, uma vez que a EN 119, não oferece condições de

segurança para se fazer esse trajeto a pé que, segundo o senhor deputado, o mesmo é percorrido, diariamente, por muitas crianças e há riscos de acidente como o ocorrido no ano transato, com o atropelamento de uma criança, que vinha da escola.

- Luís Madeira – Presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco:

Criticou a falta de tato do senhor deputado Luiz Batista, ao falar do acidente que resultou no atropelamento de uma criança, em S. Francisco e esclareceu o mesmo aconteceu quando esta saiu do autocarro, não vindo, por isso, a pé da escola. O senhor presidente da Junta de freguesia deixou ainda claro que, não há quaisquer crianças de S. Francisco a virem a pé para a escola em Alcochete.

- Estêvão Boieiro – Presidente da Junta de Freguesia de Alcochete:

Reiterou as afirmações do senhor presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco e desafiou a bancada do PSD para, com os conhecimentos que tem no Governo, tratar de umas candidaturas para essa requalificações das estradas que necessitam de intervenção.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 22 votos a favor (15 da CDU, 4 do PS e 3 do CDS-PP) e 2 abstenções do PSD.

PONTO 3 – Repartição do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) para o Ano 2016

A Assembleia tomou conhecimento.

PONTO 4 – 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano de 2015 – Atividades Mais Relevantes e Plano Plurianual de Investimentos

Submetida à discussão o senhor vice-presidente da Câmara explicou, relativamente aos pontos 4 e 5, que esta revisão tem a ver, acima de tudo, com a incorporação do saldo de gerência de 2014, que tem um valor de cerca de 314 mil euros e esta incorporação permite reforçar algumas das rubricas que não foram cabimentadas na sua totalidade no início do ano e aproveitar-se a incorporação do saldo de gerência para as dotar na sua plenitude. O senhor vice-presidente disse que também algumas outras rubricas, que já careciam de ajustamentos, quer no capítulo das despesas, quer no capítulo das receitas, também foram contempladas com esta revisão.

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 15 votos a favor da CDU e 9 abstenções (4 do PS, 3 do CDS-PP e 2 do PSD).

PONTO 5 – 1ª Revisão ao Orçamento de 2015

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 15 votos a favor da CDU e 9 abstenções (4 do PS, 3 do CDS-PP e 2 do PSD).

PONTO 6 – Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos – Aquisição de Géneros Alimentares (Legumes e Hortaliças) para o Refeitório Municipal, em fornecimentos contínuos – Repartição de Encargos

Submetida à discussão o senhor vice-presidente da Câmara explicou que, relativamente aos pontos 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14 estão na Ordem do Dia desta sessão devido à Lei dos Compromissos porque há a repartição de encargos por mais um ano civil e, por esse motivo, têm forçosamente de ser deliberados pela Assembleia. O senhor vice-presidente explicou, também, que os pontos 10, 11 e 14, são retificações (uma vez que já estiveram presentes na última sessão) porque os processos se arrastaram e devido à alteração de repartição de encargos pelos anos seguintes, houve necessidade de atualizar e remeter novamente à Assembleia Municipal.

Submetida à discussão votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 22 votos a favor (15 da CDU, 4 do PS e 3 do CDS-PP) e 2 abstenções do PSD.

PONTO 7 – Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos – Aquisição de Bens Alimentares (Congelados) para o Refeitório Municipal, em fornecimentos contínuos – Repartição de Encargos

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 22 votos a favor (15 da CDU, 4 do PS e 3 do CDS-PP) e 2 abstenções do PSD.

PONTO 8 – Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos – Aquisição de Bens Alimentares (Mercearias) para o Refeitório Municipal, em fornecimentos contínuos – Repartição de Encargos

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 22 votos a favor (15 da CDU, 4 do PS e 3 do CDS-PP) e 2 abstenções do PSD.

PONTO 9 – Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos – Aquisição de Licenças de Software Microsoft para as Escolas EB1 e postos de utilização pública da Biblioteca (Licenciamento School Agreement) por 36 meses – Repartição de Encargos

Submetida à discussão, usaram da palavra:

- Luiz Batista:

Perguntou quantos computadores, ao serviço das escolas do 1.º ciclo, ainda estão a coberto destas licenças e, uma vez que não são equipamentos novos, se não seria melhor, em vez das licenças (uma vez que dúvida que sejam utilizadas), a Câmara canalizar esta verba para a compra de novos computadores.

- João Lopes:

Disse ter conhecimento de que, há cerca de um ano, alguns pais conseguiram, através da Força Aérea Portuguesa, alguns computadores para serem distribuídos pelas escolas do concelho. Com autorização do Agrupamento de Escolas foram distribuídos nove equipamentos. Nesse enquadramento questionou a senhora vereadora se as licenças contemplam estes equipamentos ou se essa tarefa é da responsabilidade da Associação de Pais.

Vereadora Raquel Prazeres:

Esclareceu que as licenças que foram compradas são para serem utilizadas nas escolas e para utilização pública na Biblioteca Municipal e que a sua aquisição é, por Lei, obrigatória.

Vereadora Susana Custódio:

Explicou que o parque informático das escolas de 1.º ciclo e jardins-de-infância do concelho de Alcochete tem como proprietários a Câmara Municipal de Alcochete e o Agrupamento de Escolas de Alcochete e a Câmara afeta os seus recursos financeiros e cumpre a Lei para com aquilo que é o seu património. Esclareceu ainda que, conforme o que foi transmitido nas reuniões com as associações de pais no ano transato, qualquer material para integrar o património das escolas carece de uma doação, que terá de ser presente a reunião de Câmara.

Relativamente ao equipamento informático (computadores, scanners, impressoras), a doação está sujeita a um diagnóstico prévio dos técnicos de informática municipais, para não se correr o risco de aceitar material que em vez de ajudar iria criar complicações (não pondo em causa a boa vontade de quem está a doar), uma vez que poder-se-ia estar a aceitar material obsoleto que torna-lo operacional representaria um encargo superior àquilo que seria uma aquisição.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 22 votos a favor (15 da CDU, 4 do PS e 3 do CDS-PP) e 2 abstenções do PSD Doc. 17)

PONTO 10 – Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos – Aquisição de Luminárias LED em regime de Locação por 60 (sessenta) meses – Repartição de Encargos – Retificação

Submetida à discussão, usaram da palavra:

- Patrícia Figueira:

Perguntou por que não foram entregues as peças processuais, relativas a este ajuste direto, solicitadas pelo senhor vereador Vasco Pinto, em reunião de Câmara.

-Vice-presidente da Câmara – José Luís Alfélua:

Em relação a este pedido da bancada do CDS-PP e que foi abordado na última reunião de Câmara pelo senhor vereador Vasco Pinto, as peças ainda não foram cedidas porque o processo ainda não estava concluído, o que acontecerá hoje com a deliberação desta Assembleia e com a assinatura do contrato, programada para amanhã. Depois dessa conclusão, o senhor vice-presidente disse que remeterá todo o processo.

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 19 votos a favor (15 da CDU e 4 do PS) e 5 abstenções (3 do CDS-PP e 2 do PSD).

PONTO 11 – Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos – Aquisição de Serviços de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, para 12 (doze) meses – Repartição de Encargos – Retificação

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 22 votos a favor (15 da CDU, 4 do PS e 3 CDS-PP) e 2 abstenções do PSD.

PONTO 12 – Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos – Aquisição de Serviços de Manutenção dos sistemas de ar condicionado da Biblioteca Municipal, por um período de 12 meses – Repartição de Encargos

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 22 votos a favor (15 da CDU, 4 do PS e 3 CDS-PP) e 2 abstenções do PSD.

PONTO 13 – Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos – Aquisição de Serviços de Manutenção dos sistemas de ar condicionado do Fórum Municipal, por um período de 12 meses – Repartição de Encargos

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 22 votos a favor (15 da CDU, 4 do PS e 3 CDS-PP) e 2 abstenções do PSD.

PONTO 14 – Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos – Locação operacional de equipamento de cópia e impressão, incluindo *software* de gestão, assistência técnica e fornecimento de consumíveis, para trinta e seis meses – Repartição de Encargos – Retificação

Submetida votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 19 votos a favor (15 da CDU e 4 do PS) e 5 abstenções (3 do CDS-PP e 2 PSD).

PONTO 15 – Abertura de procedimento concursal para um lugar de Mestre de Tráfego Fluvial (carreira não revista)

Submetida à discussão a senhora vereadora Raquel Prazeres explicou que a candidatura para a construção do Bote Leão tem várias regras e pressupostos a cumprir e, como foi explicado aquando da abertura de um lugar em mapa de pessoal, um desses pressupostos é esta abertura de procedimento concursal.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 22 votos a favor (15 da CDU, 4 do PS e 3 do CDS-PP) e 2 abstenções do PSD.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Não se registaram intervenções.

PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO

Usaram da palavra:

-Vereador Jorge Giro:

Informou que, no passado dia 18, os municípios reunidos em Conselho Metropolitano de Lisboa decidiram por unanimidade realizar um encontro junto à Mãe d'Água, na zona do Aqueduto das Águas Livres onde estarão presentes, todos os presidentes de câmara, vereadores e muitos presidentes de junta. A base deste protesto é contestar o Decreto-Lei 94/2015, de 29 de maio, que cria o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, ou seja, no próximo dia 30 de junho irá ser constituída a nova assembleia-geral deste novo sistema, que albergará 87 municípios e será tutelado e coordenado pela EPAL.

Luiz Batista:

Sucintamente disse que, no caso da água, não há privatização, porque aquilo que se está a fazer é um sistema de concessão que, em muito, vai tornar os sistemas de água sustentáveis e vai tornar essa situação muito mais eficaz e com uma poupança de escala muito maior, que permitirá um investimento naquilo que é necessário e para que haja uma homogeneidade nos preços, em termos territoriais, ao nível do país.

Informou, ainda que há cerca de 10 dias, os deputados do círculo de Setúbal no PSD tiveram uma reunião com o senhor presidente da ANA, relativamente ao uso civil da Base Aérea n.º 6 (que tem a sua Porta d'Armas na freguesia do Samouco) e que, provavelmente para meados de 2018, teremos os aviões civis e todo o incentivo económico que essa situação vai trazer para a zona do Samouco.

Vice-presidente da Câmara – José Luís Alféluá:

Lamentou o facto de esta informação, prestada pelo senhor deputado Luiz Batista, não ter sido comunicada quer ao Município de Alcochete, quer ao Município do Montijo, por parte do Governo.

Agradeceu à Junta de Freguesia do Samouco a disponibilidade para a realização da sessão descentralizada da Assembleia Municipal na vila do Samouco.

Senhor presidente da Assembleia Municipal:

Reiterou o agradecimento à Junta de Freguesia do Samouco pela cedência das instalações.

- António

Almeirim – Presidente da Junta de Freguesia do Samouco:

Agradeceu, em seu nome e em nome do Executivo da Junta esta política de proximidade, uma vez que, desta forma, quem ganha é a democracia.

ATA EM MINUTA

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 00:55 horas, o senhor presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente que eu, Tânia Cláudia Soares Ribeiro Rodrigues Barrinha da Cruz, assistente técnica, subscrevo e assino.

A ASSISTENTE TÉCNICA:

O PRESIDENTE: